*ANEXO*

**CERTIDAO PREVISTA NO ARTIGO 9.0**

a) Autoridade judiciária que emitiu a decisão de congelamento:

Designação oficial: ...................................................................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

Nome do seu representante: .........................................................................................................

Função (título/grau): ................................................................................................................

Referência do processo: .............................................................................................................

Endereço: .............................................................................................................................

Telefone: (indicativo do país) (indicativo regional)(...) ..........................................................................................................

Fax: (indicativo do país) (indicativo regional) (...).................................................................................................................

E-mail: .....................................................................................................................................................................................

Idiomas em que é possível comunicar com a autoridade judiciária de emissão: ....................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

Contacto (incluindo idiomas em que é possível comunicar) da(s) pessoa(s) indicada(s) para facultar informações adidonais sobre a execuçaõ da decisão, se forem necessárias, ou para tratar dos aspectos práticos necessários para a transferência de elementos de prova (eventualmente): ...........................................................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

b) Autoridade competente para executar a decisão de congelamento no Estado de emissão [se não for a autoridade a que se refere a alínea a)]:

Designação oficial: ..................................................................................................................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

Nome do seu representante: .....................................................................................................................................................

Função (título/grau): ................................................................................................................................................................

Referência do processo: ...........................................................................................................................................................

Endereço: .................................................................................................................................................................................

Telefone: (indicativa do país) (indicativa regional)(...) ...........................................................................................................

Fax: (indicativa do país) (indicativa regional)(...) ..................................................................................................................

E-mail: .....................................................................................................................................................................................

Idiomas em que é possível comunicar com a autoridade competente para a execução .........................................................

Contacto (incluindo idiomas em que é possível comunicar) da(s) pessoa(s) indicada(s) para facultar informações adidonais sobre a execução da decisão, se forem necessárias, ou para tratar dos aspectos práticos necessários para a transferência de elementos de prova (eventualmente:) ...........................................................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

c) Caso tenham sido preenchidas as alíneas a) e b), a presente alínea deve ser preenchida, afim de indicar qual das duas autoridades deverá ser contactada ou se deverão ser am bas contactadas: .............................................................................

Autoridade referida na alínea a)

Autoridade referida na alínea b)

d) Caso tenha sido designada uma autoridade central para a transmissão e recepção administrativas das decisões de congelamento (aplicável exclusivamente à Irlanda e ao Reino Unido):

Nome da autoridade central: ...............................................................................................................................................

Pessoa eventualmente a contactar (título/grau e nome): .....................................................................................................

Endereço: .............................................................................................................................................................................

Referência do processo: ......................................................................................................................................................

Telefone: (indicativa do país) (indicativa regional)(...) ......................................................................................................

Fax: (indicativa do país) (indicativa regional) (...).............................................................................................................

E-mail: ................................................................................................................................................................................

e) Decisão de congelamento:

1. Data e, eventualmente, número de referência

2. Indicar o objectivo da decisão

2.1. Perda subsequente

2.2. Recolha de elementos de prova

3. Descrição das formalidades e procedimentos a observar na execução de uma decisão de congelamento relativamente a elementos de prova (eventualmente)

f) Informações relativas aos bens ou elementos de prova, no Estado de execução, abrangidos pela decisão de congelamento:

Descrição dos bens ou dos elementos de prova e localização:

1. a) Descrição exacta dos bens e, quando aplicável, indicação do montante máximo que se pretende recuperar (se esse montante máximo for indicado na decisão relativa ao valor dos produtos do crime)

b) Descrição exacta dos elementos de prova

1. Localização exacta dos bens ou elementos de prova (caso não seja conhedda, a última localização

conhencida)

1. Parte na posse dos bens ou elementos de prova ou usufrutuário conheddo dos bens ou elementos de prova, caso

não seja a pessoa suspeita da infracção ou condenada (se aplicável ao abrigo do direito nacional do Estado de

emissão)

g) Informações respeitantes à identidade da(s) pessoa(s) 1. singular(es) ou 2. colectiva(s) suspeita(s) da infracção ou condenada(s) (se aplicável ao abrigo do direito nacional do Estado de emissão) ou/e da(s) pessoa(s) a quem a decisão de congelamento diz respeito (quando disponíveis):

1. Pessoas singulares

Apelido: ...................................................................................................................................................................................

Nome(s) próprio(s): .................................................................................................................................................................

Nome de solteira (eventualmente): ..........................................................................................................................................

Alcunhas e pseudónimos (eventualmente): .............................................................................................................................

Sexo: ........................................................................................................................................................................................

Nacionalidade: .........................................................................................................................................................................

Data de nascimento: ................................................................................................................................................................

Local de nascimento: ...............................................................................................................................................................

Residência e/ou endereço conhecido; caso não seja conhecido, indicar o último paradeiro conhecido: ..........................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

Indicação do idioma ou idiomas que a pessoa compreende [quando conhecido(s)]: ............................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

2. Pessoas colectivas

Designação: .............................................................................................................................................................................

Forma de pessoa colectiva: .....................................................................................................................................................

Número de registo: ..................................................................................................................................................................

Sede estatutária: ......................................................................................................................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

h) Medidas a tomar pelo Estado de execução depois de executar a decisão de congelamento

Perda

1.1. Manutenção dos bens no Estado de execução tendo em vista a subsequente declaração de perda

1.1.1. Pedido incluído para a execução da decisão de perda tomada no Estado de emissão em .............. (data)

1.1.2. Pedido incluído para a declaração de perda no Estado de execução e a subsequente execução dessa decisão

1.1.3. Data prevista para a apresentação dos pedidos referidos nos pontos 1.1.1 ou 1.1.2 ou

Recolha de elementos de prova

2.1. Os bens devem ser transferidos para o Estado de emissão para servir como elementos de prova

2.1.1. Pedido de transferência incluído ou

2.2. Manutenção dos bens no Estado de execução tendo em vista a subsequente utilização como elementos de prova no Estado de emissão

2.2.2. Data estimada para a apresentação do pedido referido em 2.1.1 ................................................................................

i) Infracções

Descrição das razões que justificam a decisão de congelamento e exposição sumária dos factos conhecidos da autoridade judiciária que emite a decisáo de congelamento e a certidão:

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

Natureza e qualificação jurídica da(s) infracção/infracções e disposição legal/código aplicável, com base na/no qual foi tomada a decisão de congelamento:

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

………………………………………………………………………………………………………………………………..

1. Indicar, se for caso disso, se se trata de uma ou mais das infracções que se seguem, relacionada(s) com a infracção ou infracções acima identificada(s), se puníveis no Estado de emissão com pena privativa de liberdade de duração não inferior a três anos:

Participação numa organização criminosa

Terrorismo

Tráfico de seres humanos

Exploração sexual de crianças e pedopornografia

Tráfico ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas

Tráfico ilícito de armas, munições e explosivos

Corrupção

Fraude, incluindo a fraude lesiva dos interesses financeiros das Comunidades Europeias na acepção da Convenção, de 26 de Julho de 1995, relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias

Branqueamento dos produtos do crime

Falsificação de moeda, incluindo a contrafacção do euro

Cibercriminalidade

Crimes contra o ambiente, incluindo o trafíco ilícito de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas

Auxílio à entrada e à permanência irregulares

Homicídio voluntário, ofensas corporais graves

Tráifico ilícito de órgãos e tecidos humanos

Rapto, sequestro e tomada de reféns

Racismo e xenofobia

Roubo organizado ou à mão armada

Tráfico ilícito de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte

Burla

Extorsão de protecção e extorsão

Contrafacção e piratagem de produtos

Falsificação de documentos administrativos e respectivo tráfico

Falsificação de meios de pagamento

Tráfico de substâncias hormonais e de outros factores de crescimento

Tráfico ilícito de materiais nucleares e radioactivos

Tráfico de veículos roubados

Violação

Fogo posto

Crimes abrangidos pela jurisdição do Tribunal Penal Internacional

Desvio de avião ou de navio

Sabotagem.

2. Descrição completa da(s) infracção/infracções que não se encontrem previstas no ponto 1:

…………………………………………………………………………………………………………….

…………………………………………………………………………………………………………….

…………………………………………………………………………………………………………….

j) Vias de recurso da decisão de congelamento para as partes interessadas, incluindo terceiros de boa-fé, no Estado de emissão:

Descrição das vias de recurso, incluindo as diligências necessárias para mover o procedimento.

Órgão jurisdicional no qual pode ser interposto o recurso.

Informações sobre quem tern acesso ao mesmo.

Prazo para a interposição do recurso.

Autoridade no Estado de emissão junto da qual é possível obter informações sobre os trâmites necessários para interpor recurso nesse Estado e sobre a existência de assistência jurídica e de tradução:

Nome:

Pessoa de contacto (eventualmente): …………………………………………………………………………

Endereço: ...........................................................................................................................................................

Telefone: (indicativa do país) (indicativa regional)(...) ....................................................................................

Fax: (indicativa do país) (indicativa regional)...................................................................................................

E-mail: ...............................................................................................................................................................

k) Outras circunstâncias pertinentes para o processo (facultativo): .................................................................

………………………………………………………………………………………………………………………………..

…………………………………………………………………………………………………………………………………

1) O texto da decisão de congelamento vai apenso à certidão.

Assinatura da autoridade judiciária de emissão e/ou do seu representante que ateste a exactidão do teor da certidão:

Nome: .....................................................................................................................................................................................

Função (título/grau): ...............................................................................................................................................................

Data: .......................................................................................................................................................................................

Carimbo oficial (eventualmente)